

FAMÍLIA, ECONOMIA E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DOMÉSTICO NO VALE DO PARAÓPEBA/MG, 1850 A 1914*

Cláudia Eliane P. Marques Martinez¹

RESUMO:

O objetivo desta comunicação consiste em avaliar a riqueza e as formas de organização da estrutura doméstica da família mineira, entre os anos de 1850 a 1914. As análises têm como suporte empírico um Banco de Dados composto por 410 inventários *post-mortem* (250 documentos referentes à fase pré-abolição e 160 da fase pós-1888). Parte-se do pressuposto que a economia desse antigo centro minerador e agropecuário de grande dinamismo e que teve sua história marcada por expressiva importação de africanos, sofreu profundas transformações materiais após o fim da escravidão. Por meio da análise das fontes cartorárias é possível perceber, por exemplo, como as mudanças na esfera material afetaram diretamente a organização da estrutura doméstica da família mineira. A abordagem estabelecida possibilita, ainda, investigar aspectos relacionados à problemática do trabalho, da renda, do patrimônio, bem como a inclusão/exclusão de alguns setores da população inventariada. Assim, este estudo permite, portanto, discutir como a família adaptou-se às novas formas de organização doméstica, impostas pelos novos valores e formas de riqueza decorrentes do final da escravidão.

Introdução

O presente artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida no doutorado, e que tem como objetivo principal entender as transformações materiais da Família na transição do sistema escravista². Tendo como diretriz o referido tema busca-se aqui apresentar e discutir os métodos de pesquisa destinados às fontes cartorárias, bem como os primeiros resultados empíricos alcançados. É também de grande interesse problematizar as

* Este artigo faz parte de nossa pesquisa de Doutorado desenvolvida na Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara, e com o apoio financeiro da FAPESP- Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo.

1 Doutoranda da Universidade de São Paulo. Pesquisadora do CEDHAL – Centro de Demografia Histórica da América Latina/USP.

2 A pesquisa desenvolvida no Departamento de História da Universidade de São Paulo tem como tema principal o estudo da família, sua riqueza/patrimônio, bem como a organização da estrutura doméstica e material na transição do sistema escravista. O espaço geográfico selecionado foi o Vale do Paraopeba/MG, região que esteve atrelada profundamente à escravidão até as véspera da abolição.

questões até então formuladas; dentre as mais importantes destaca-se a possível dispersão da riqueza do Vale do Paraopeba/MG após o fim da escravidão. Parte-se do pressuposto que a estrutura material da família mineira sofreu, assim como a economia, alterações e modificações na sua composição após-1888.

O trabalho está dividido em duas partes, sendo a primeira destinada a discutir, em linhas gerais, a perspectiva histórica dos inúmeros estudos concernentes à Família. Tal abordagem tem como principal objetivo contextualizar o tema aqui proposto - **Organização do Espaço Doméstico e Material da família na transição do sistema escravista** - dentro do amplo espectro dos estudos desenvolvidos no Brasil.

Após a exposição das principais bases teóricas que permeiam a História da Família apresenta-se no tópico seguinte a metodologia utilizada na confecção do Banco de Dados sobre os inventários *post-mortem*. Por fim, discute-se os primeiros resultados da pesquisa, e dentre as múltiplas questões suscitadas pelas fontes, prioriza-se identificar a família em relação à estrutura doméstica e material, a esfera econômica e social, o sistema de trabalho, o espaço geográfico, a diversidade regional, o habitat e outras categorias como demonstram os itens seguintes. Mais que resultados definitivos os pontos abordados representam uma proposta de análise, a partir da qual busca-se entender vários aspectos da família, entre 1850 a 1914.

1- Perspectiva histórica dos estudos da Família

A História da Família no Brasil constitui, há mais de 30 anos, sólida linha de investigação na qual especialistas atuam com diferentes enfoques. Das primeiras matrizes ideológicas, definidas nas décadas de 1920 a 1940, outros métodos, fontes e abordagens estão sendo, freqüentemente, pensados com a finalidade de se (re) conhecer as famílias brasileiras nos distintos espaços e temporalidades.³

Segundo Samara, a retomada da família como objeto específico de análise deu-se, no entanto, nos anos 70. *“Com objetivos e preocupações definidas, o conjunto da produção buscou questões estruturais de fundamental importância nesse momento. (...) Os resultados que se apresentaram, revelaram, por sua vez, ser impossível conceber uma imagem única de família aplicável ao longo do tempo para os vários segmentos sociais”*.⁴

A autora salienta que as revisões teóricas estabelecidas na década de 1970 consubstanciaram a base para os estudos desenvolvidos nos anos oitenta.⁵ Os trabalhos que se originaram desse período tiveram como preocupação central analisar o papel dos sexos, do casamento, do concubinato, da sexualidade, dos segmentos expropriados, do processo de transmissão das fortunas e outros elementos explicativos da sociedade, na qual a família estava inserida.

3 Os primeiros estudos dedicados à família brasileira podem ser classificados em duas fases. Na primeira fase, que vai de 1920 a 1940, destacam-se autores como: FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio. 1980. 20 ed.(1 ed. 1933). FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mocambos. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano. Rio de Janeiro: Record, 1996, 9 ed.. (1 ed. 1936). VIANNA, Oliveira. Instituições Políticas Brasileiras. (3 ed). Rio de Janeiro: Record, 1974. 2v. MACHADO, Alcântara. Vida e Morte do Bandeirante. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1930. PINTO, Luís de Aguiar Costa. Lutas de Família no Brasil. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1980. (v. 263). Dentre os autores da segunda fase, que vai de 1950 a 1960, destacam-se os estudos de CANDIDO, Antônio. The Brazilian Family. In: SMITH, T. Lynn; MARCHANT, Alexandre (Ed.). Brazil: portrait of a half continent. New York: Dryden Press, 1951. P. 291-312. WILLEMS, Emílio. A Estrutura da Família Brasileira. Sociologia, São Paulo: USP, V. XVI, n. 4, p. 327-340, 1954. PIERSON, Donald. The Family in Brazil. Journal of the marriage and family: marriage and family living, Minneapolis, National Council of Family Relations, V. XVI, n. 4, p. 308-314, 1954. AZEVEDO, Thales de. Family, marriage and divorce in Brazil. Journal Of Inter-American Studies III, p. 213-237, 1961.

4 SAMARA, Eni de Mesquita. Família, Mulheres e Povoamento: São Paulo, Século XVII. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2003. (PP. 20 e 21)

5 Dentre aqueles estudos desenvolvidos nas décadas de 1970 e 1980 devem ser destacados os seguintes autores: SAMARA, Op. Cit. 1989. SAMARA, Eni de Mesquita. Os agregados na região de Itu – 1780/1830. São Paulo: Museu Paulista, 1977. COSTA, Iraci Del Nero. Vila Rica: população (1719-1826). São Paulo: IPE/USP, 1979. ALMEIDA, Ângela Mendes de. Notas sobre a família no Brasil, in: Pesando a Família no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e tempo/Ed. da UFRJ. 1987. No final dos anos 80 foi publicado a Revista Brasileira de História - Grupos de Convívio. A apresentação de SAMARA, Eni de Mesquita, A história da Família no Brasil, traz um balanço de boa parte da produção realizada até aquela data. Ver Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, Vol. 9, n. 17, setembro de 1988/fevereiro de 1989.

Dentro desse contexto que marcou a década de 1970, cabe destacar a importância da demografia histórica no avanço dos estudos sobre a família brasileira. Os métodos demográficos permitiram identificar, entre muitas outras questões, uma diversificada tipologia de análise. Tal tipologia tinha como principal objetivo desmistificar o mito da família extensa e, exclusivamente, Patriarcal que vigorava até então na historiografia brasileira.⁶

Dos estudos provenientes da, então, revigorada História da Família, surgiram outros temas de pesquisa. Dentre os mais relevantes destacam-se aqueles dedicados à história da mulher e da sexualidade, a história da criança, os estudos de gênero, ou ainda, trabalhos que sustentados pela demografia se voltaram para setores antes desconsiderados por alegada falta de documentação, como a família escravizada.⁷

Partindo dos pressupostos já estabelecidos pela História da Família é que se encontram as investigações dedicadas à organização da estrutura doméstica e material dos núcleos familiares.⁸ Desta forma, a fortuna, a transmissão de heranças simbólicas e patrimoniais, os indicativos de riqueza, a concentração de renda, o processo de inclusão e/ou exclusão social dos segmentos da sociedade são alguns dos pontos que assinalam a tônica dos estudos atuais; estes, no entanto, apresentam-se revigorados com propostas teóricas e metodológicas inovadoras.⁹

6 A influência do grupo de Cambridge e do demógrafo francês Louis Henry inspirou e forneceu os métodos necessários ao aprofundamento do tema entre os historiadores brasileiros. Da extensa bibliografia a respeito da história da família e dos diversos estudos de cunho demográfico surgidos, a partir de então, deve-se destacar a contribuição de MARCÍLIO, Maria Luzia. *População e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1984. Ver também, SAMARA, Op. cit. 1989.

7 Um trabalho pioneiro sobre criança e mulher foi desenvolvido por MOURA, Esmeralda Blanco B. de. *Mulheres e menores no trabalho industrial*. Petrópolis: Vozes, 1982. Especialmente sobre este último tema ver DIAS, Maria Odila Leite da Silva, *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984; PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras. Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981 e SAMARA, Op. Cit. 1989. Sobre a sexualidade feminina entre os pioneiros, ver RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Sobre a família escrava, reunindo pesquisas de mais de duas décadas, ver SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor. Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava. Brasil, Sudeste, Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

8 Ver principalmente, SAMARA, Eni de Mesquita. *História da Família no Brasil: Bibliografia Comentada*. In: *Série Fontes de Pesquisa*. São Paulo: CEDHAL/USP, 1998. TERUYA, Marisa Tayra. *A Família na Historiografia Brasileira. Bases e Perspectivas Teóricas*. In: *Anais do XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, CAXAMBU(MG)*, Belo Horizonte: ABEP, 2000.

9 A partir do final do Século XX, observa-se o aparecimento de uma série de trabalhos enfocando a riqueza, a fortuna, a pobreza e a organização da estrutura doméstica e material da família. Ver principalmente: OLIVEIRA, Lélío Luiz de. *As transformações da riqueza em Franca no século XIX*. Dissertação de Mestrado, FHDSS/UNESP, 1995. ALVES, Maurício Martins. *Caminhos da Pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729)*. Dissertação de Mestrado. IFCS/UFRJ, 1995. AMILCO, Rita de Cássia da Silva. *Fortunas em Movimento: Um estudo sobre as transformações na Riqueza Pessoal em Juiz de Fora: 1870-1914*. Dissertação de Mestrado. IE/UNICAMP, 2001. OLIVEIRA, A. Op. Cit. 2003.

As análises desenvolvidas neste artigo encontram-se, portanto, em consonância com os problemas e hipóteses já consagrados pelos estudos da família no Brasil. As obras referidas, suas respectivas abordagens e métodos foram incorporados às fontes primárias aqui trabalhadas, sobretudo os inventários *post-mortem* de 1850 a 1914¹⁰.

Dentro do contexto internacional observam-se também estudos voltados para a família e sua(s) estrutura(s) doméstica(s). A recente publicação da coletânea “Historia de La Familia Europea” constitui exemplo desse revigoramento teórico dos trabalhos. Dos dois volumes que compõem a coleção, organizada por David Kertzer e Marzio Barbagli, destaca-se aquele destinado à vida familiar no mundo contemporâneo, que vai da Revolução Francesa a 1913.

Dos dez ensaios que formam o segundo volume o artigo, *Las condicionaes materiales de la vida familiar*, de Martine Segalen, demonstra em detalhes a abordagem metodológica pretendida com os inventários *post-mortem*. A referida autora inúmeras vezes uma série de elementos contidos nas condições materiais que permite entender nuances culturais e econômicas da sociedade em questão. Seguindo as orientações de Frédéric Le Play¹¹, a autora contempla alguns dos vários elementos da estrutura material da família que

ARAÚJO, Op. Cit. 2003. RANGEL, Armênio de Souza. Escravismo e Riqueza: formação da economia cafeeira no município de Taubaté (1765-1835). (Tese de doutorado em Economia). FEA/USP, 1990. MARCONDES, A arte de acumular na Economia Cafeeira. Vale do Paraíba, Século XIX. Lorena, SP: Editora Stiliano, 1998. CARVALHO, Vânia Carneiro. Gênero e Artefato. O sistema doméstico na perspectiva da cultura material, São Paulo, 1870/1920. Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas/USP, 2001. (tese do doutoramento). FARIA, Sheila de Castro. A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. SCHNOOR, Eduardo. Das casas de Morada às Casas de Vivenda. In: Resgate: Uma Janela para o Oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. SAMARA, Eni de Mesquita. Família, Riqueza e Poder na São Paulo colonial. In: Família, Mulheres e Povoamento: São Paulo, Século XVII. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2003. Por fim, deve-se ressaltar a coletânea História da Vida Privada no Brasil, especialmente, os volumes referentes à América Portuguesa e ao Império do Brasil. Ver especialmente os artigos de ALGRANTI, Leila M. Família e vida doméstica. IN: História da Vida Privada no Brasil. Cotidiano e vida Privada na América Portuguesa. (v. 1). São Paulo: Companhia das Letras, 1997. ALENCRASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada e ordem privada no Império. In: IN: História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional. (v. 2) São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Ainda neste mesmo volume ver os artigos de MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. A opulência na província da Bahia; MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado; CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão; MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes.

10 Ver em nota anterior o rol de autores e obras relacionados neste artigo.

11 O método de Frédéric Le Play, pesquisador do século XIX, tinha como objetivo principal analisar os diversos tipos de família para encontrar o modelo ideal de família e que deveria, portanto, ser seguida exemplarmente pela camada operária do século XIX. O método era, evidentemente, imbuído de pretensões ideológicas, mas permitiu uma série de trabalhos posteriores nos quais suas investigações eram contestadas, adaptadas ou reinterpretadas. Basicamente o guia elaborado pelo autor consistia em observar diretamente as condições materiais da família incluindo a moradia, o mobiliário, os alimentos, as roupas de vestir, enfim, um programa no qual o “orçamento da família” era minuciosamente estudado. Ver SEGALIN, Martine. Las condicionaes materiales de la vida familiar. In: KERTZER, David I. & BARBAGLI, Marzio. (copiladores). Historia de La familia Europea. La vida familiar desde la Revolución Francesa hasta la Primeiraira

podem ser identificados e analisados como categorias específicas, tais como: o processo técnico/industrial, a posição social e econômica, os estudos de gênero e outros mais desenvolvidos e adaptados às fontes cartorárias disponíveis neste artigo.

2 - Possibilidades e métodos de pesquisa destinados às fontes cartorárias

Do clássico, *Vida e Morte do Bandeirante* (1929), de Alcântara Machado, aos estudos atuais, os inventários *post-mortem* têm sido considerados fontes imprescindíveis.¹² Revelam fragmentos da história da família, do cotidiano e da vida material. Segundo Marina Maluf informam sobre a configuração e diferenciação histórica da riqueza familiar.¹³ Desvendam o patrimônio dos segmentos sociais, as mudanças estruturais pelas quais passou o país, como por exemplo, a extinção da escravatura e as transformações econômicas oriundas deste fato.

A organização da estrutura doméstica, revelada pelas mudanças no patrimônio da família, constituiu o foco central desta pesquisa. Em função disso, foram criadas algumas categorias de análise e por meio delas pôde-se perceber que o fim do sistema escravista alterou significativamente a estrutura material e a riqueza da Família, bem como a organização doméstica no Vale do Paraopeba.

As categorias destacadas na análise seguinte contemplaram dois momentos distintos, pré-abolição (1850 a 1888) e a fase posterior (1888 a 1914), buscando perceber nestas temporalidades alterações no padrão de riqueza, na posição social e econômica das famílias, na organização doméstica e material, na diversidade regional, no habitat, no sistema de trabalho, no processo técnico e no espaço geográfico.

O estudo realizado consistiu em examinar preliminarmente o conjunto de dados coletados para os dois períodos em destaque; pré e pós-escravidão. Por isso, os resultados

Guerra Mundial. (v.2). Buenos Aires/México: Ediciones Paidó Ibérica, S. A. 2003. (Publicado originalmente em inglês, em 2002, por Yale University Press, New Haven y Londres).

12 Ver MACHADO. Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Livraria Martins, 1953. (2a ed.) (1a ed. de 1929). Da vasta bibliografia que utiliza os inventários como fonte principal ver principalmente: MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfose da riqueza*, São Paulo 1845-1895. São Paulo: HUCITEC, 1985. MATTOSO, Op. cit. 1992, MALUF, Op. Cit. 1995. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e riqueza na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. MENESES, José Newton Coelho de. *O Continente Rústico. Abastecimento Alimentar nas Minas Gerais Setecentistas*. Diamantina, Minas Gerais: Maria Fumaça, 2000. MARCONDES, Op. cit. 1998.

13 MALUF, Op. Cit. 1995.

apresentados a seguir abordaram um pequeno universo, dentre as múltiplas questões suscitadas pelas fontes cartorárias. Foram contrapostos 160 inventários do Município de Bonfim (1850 a 1888) com 250 inventários do Vale do Paraopeba (1888 a 1914). Embora a análise não corresponda a espaços geográficos idênticos, deve-se destacar que Bonfim foi uma das maiores e mais importantes unidades administrativas do Vale. Outra questão que permitiu a comparação reside no fato que tanto Bonfim, quanto os outros municípios que compõem o Vale possuem a mesma organização socioeconômica, voltada sobretudo para o mercado interno.¹⁴

2.1 - Família segundo a estrutura doméstica e material

Analisar a estrutura material da família contida nos inventários permite observar o funcionamento do grupo doméstico no plano da realidade material. Demonstra, por exemplo, como alguns artefatos do mobiliário, dos utensílios e das roupas assumiram diferentes dimensões, antes e depois da escravidão.

As tabelas e gráficos (1 e 2) focalizam a distribuição total do patrimônio, entre os anos de 1850 a 1914. Dentre as inúmeras questões suscitadas destacam-se algumas de caráter econômico. Do total da riqueza observada para a fase pré e pós-abolição nota-se um expressivo aumento dos Bens de Raízes, dos Animais, e das Dívidas Ativas¹⁵.

Se durante o sistema escravista o cativo representou, simultaneamente, a principal fonte de trabalho e de capital¹⁶, no período subsequente, as terras e as dívidas ativas lideraram a pirâmide da riqueza familiar, como demonstra as tabelas e gráficos seguintes.

Para Zélia Cardoso de Mello as dívidas relacionavam-se diretamente ao sistema creditício e financeiro da sociedade oitocentista. A ausência e/ou a ineficiência das instituições bancárias transformava alguns indivíduos em emprestadores particulares, possibilitando a circulação de dinheiro tão necessária a economias em transformação.¹⁷

14 Esta questão será, no entanto, resolvida quando o Banco de Dados da fase escravista for ampliado incorporando outros distritos e localidades desta circunscrição geográfica, o Vale do Paraopeba.

15 Os bens, animais, objetos e artefatos analisados aqui não tiveram a preocupação de verificar as alterações dos valores monetários, mas sim a sua representação dentro do conjunto total. A inflação e a desvalorização da moeda, presentes no final do século XIX, poderiam inviabilizar uma análise correta de tais questões. Nos próximos trabalhos serão utilizados recursos técnicos que tornam possível acompanhar o valor dos bens ao longo de uma extensa faixa temporal sem incorrer, no entanto, em erros daquela natureza.

16 MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. 3 ed. São Paulo, Hucitec, 1986.

17 MELLO, Op. Cit. 1985, pp. 92

Um caso típico dessas transformações econômicas se deu, por exemplo, com os animais. Na fase pós-abolição os bois carreiros e as mulas de tropa tornaram-se bens extremamente valorizados na sociedade. Estes passaram a ter dupla função econômica, força de trabalho e moeda de troca, característica essa comum a economias em transição e com pouco capital de giro.

Concomitantemente aos animais uma série de itens também se valorizava, como por exemplo, os arreios, as montarias e os carros de boi. Elementos da vida material que traduziam não só a distinção social de quem os possuíam – uma montaria inglesa chegava a custar o preço de um cavalo - como também eram imprescindíveis ao mundo do trabalho.

Outras análises podem ser pensadas a partir das tabelas e gráficos destacados. A pouca evidência de alguns objetos no pós-1888, principalmente da indumentária, apontam para duas hipóteses. Ou a sociedade perdera poder de compra com as mudanças procedentes do fim da escravidão, o que explicaria em parte a queda percentual no conjunto dos bens analisados, ou estes se tornaram mais populares sendo desnecessário mencioná-los na abertura do inventário.

Considerando a primeira proposição conclui-se, então, que houve o empobrecimento de alguns dos principais segmentos da sociedade; a segunda consideração leva a problematização das eventuais mudanças de comportamentos e hábitos advindo da popularização de certo tipo de roupa ou tecido no limiar do século XX.

Tabela 1:
Patrimônio total pré-abolição

Bens e objetos 1850/1888	Valor	%
Bens de Raízes	648.063.671	42,6%
Escravos	597.947.954	39,3%
Animais	89.938.095	5,9%
Dívidas Ativas	53.675.884	3,5%
Moeda	18.648.013	1,2%
Dote	28.413.220	1,9%
Utensílios Profissionais	17.818.407	1,2%
Utensílios Domésticos	15.222.201	1,0%
Estoque	14.041.685	0,9%
Móveis	9.963.230	0,7%
Indumentária Geral	7.531.341	0,5%
Jóias	5.440.107	0,4%
Outros Gerais	5.265.530	0,3%
Outros Pessoais	2.820.240	0,2%
Indumentária Pessoal	2.778.700	0,2%
Botica e Remédios	3.704.160	0,2%
Livros	329.700	0,0%
Valor total	1.521.602.138	100,0%

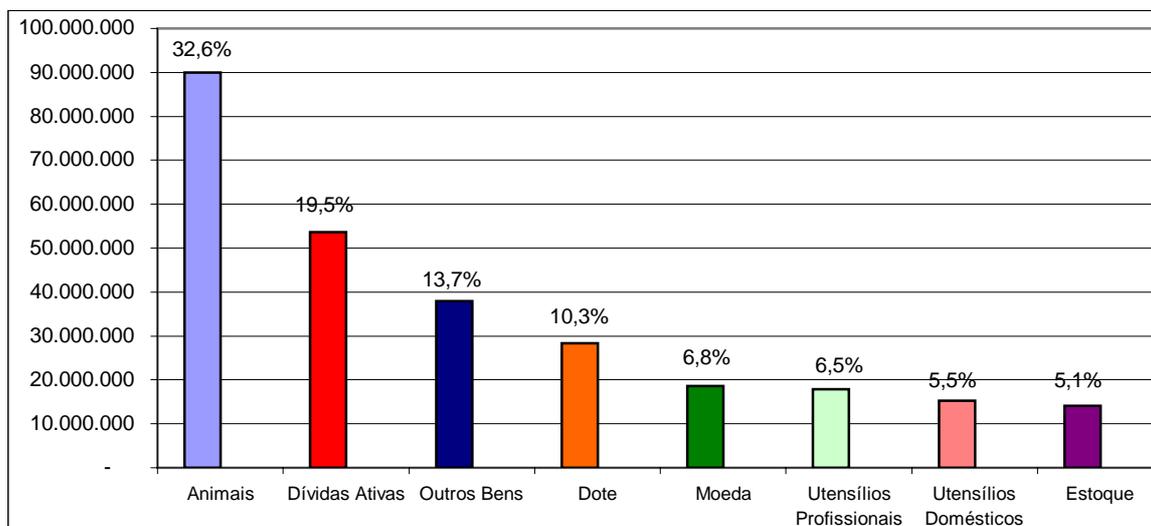
Fonte: AMB/MG, Inventários *post-mortem*, 1850/1888

Tabela 2:
Patrimônio total pós-abolição

Bens e objetos 1888/1914	Valor	%
Bens de Raízes	1.055.480.299	66,2%
Dívidas Ativas	255.982.487	16,1%
Animais	146.356.405	9,2%
Moeda	55.380.304	3,5%
Utensílios Profissionais	26.631.700	1,7%
Móveis	14.063.330	0,9%
Utensílios Domésticos	12.854.027	0,8%
Dote	9.641.000	0,6%
Estoque	6.403.006	0,4%
Outros Gerais	3.751.720	0,2%
Jóias	2.463.930	0,2%
Outros Pessoais	2.257.380	0,1%
Indumentária Geral	1.702.490	0,1%
Indumentária Pessoal	688.840	0,0%
Livros	181.200	0,0%
Valor total	1.593.838.118	100,0%

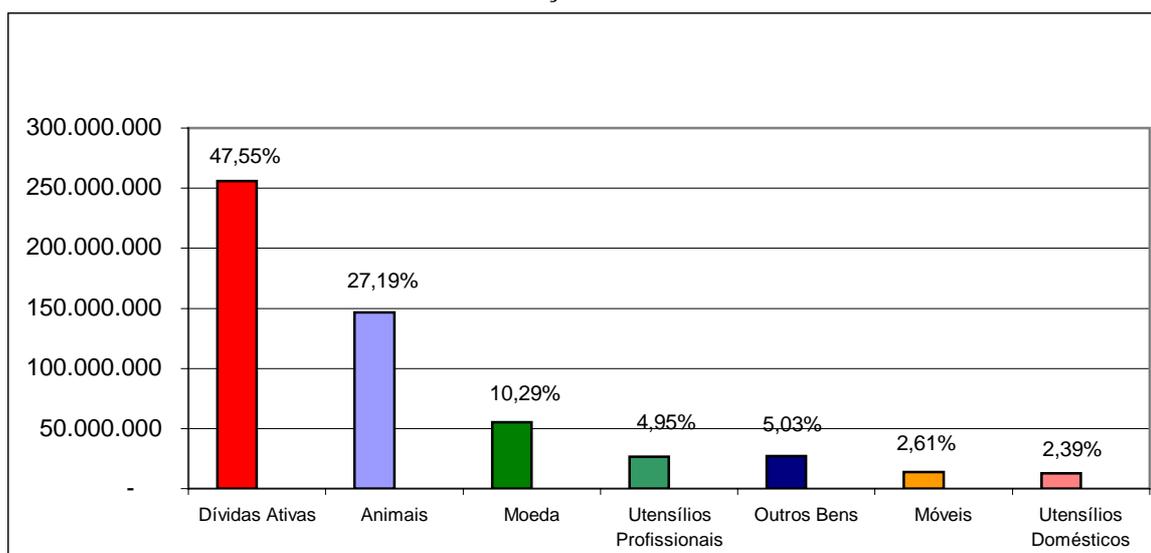
Fonte: AMB/MG, Inventários *post-mortem*, 1888/1914

Gráfico 1:
Patrimônio Parcial das Famílias Pré-Abolição, 1850/1888



Fonte: AMB/MG, Inventários *post-mortem*, 1850/1888

Gráfico 2:
Patrimônio Parcial das Famílias Pós-Abolição, 1888/1914



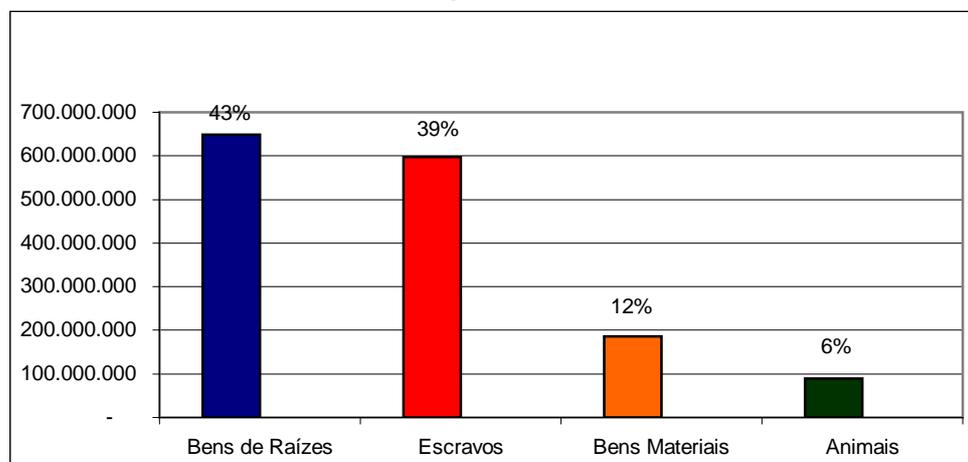
Fonte: AMB/MG, Inventários *post-mortem*, 1888/1914

Analisando separadamente os bens materiais (móveis, utensílios, jóias, livros, etc) observou-se que estes apresentaram percentagens menores na fase pós-abolição, como demonstram as tabelas 1 e 2. Mas se agregarmos estes elementos do cotidiano na categoria Bens Materiais, percebe-se um expressivo aumento; de 12% para 25% , como demonstram os Gráficos 3 e 4.

Com a extinção do sistema escravista o percentual destinado aos cativos foi redistribuído entre as três principais categorias: **(1) Bens de Raiz, (2) Bens Materiais e (3) Animais**. Dentro do segundo item, por exemplo, observa-se um significativo aumento percentual para as dívidas ativas; estas subiram de 3,5% para 16%. O mesmo foi observado para a moeda que no pré-abolição gravitava em torno de 1% e na fase posterior atingiu 3,5 %. (Ver tabela 1 e 2).

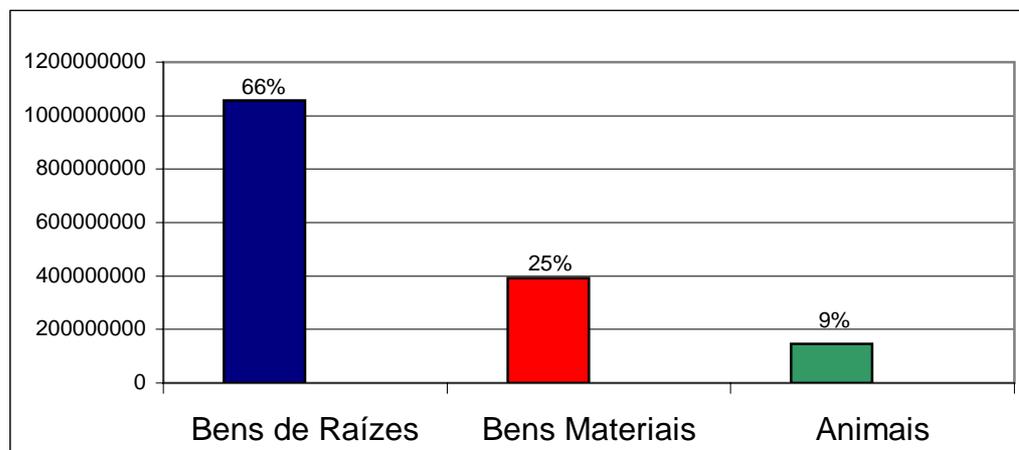
As distintas formas de riqueza apresentadas nos gráficos (1 a 4), demonstram as alterações na estrutura e organização doméstica, do Vale do Paraopeba, com o fim do sistema escravista. Os dados sinalizam, entre outras questões, uma sensível queda na renda e no patrimônio das famílias. Estas deixaram de investir, pelo menos nos primeiros anos após a abolição, em bens pessoais passando a concentrar a riqueza em terras e propriedades diversas.

Gráfico 3:
Patrimônio das Famílias Pré-Abolição, 1850/1888



Fonte: AMB/MG, Inventários *post-mortem*, 1850/1888

Gráfico 4:
Patrimônio das Famílias Pós-Abolição, 1888/1914



Fonte: AMB/MG, Inventários *post-mortem*, 1888/1914

2.2 - Família segundo a posição social e econômica

A fonte analisada permite também pensar a posição econômica dos segmentos sociais. Os gráficos 5 e 6 apresentam uma classificação dos inventários *post-mortem*, segundo o nível de riqueza pré e pós-abolição. Foram propostos 4 níveis para as famílias inventariadas entre 1850 a 1914, a saber:

Nível de Riqueza 1 - monte-mor até 2.000\$000 contos de réis;

Nível de Riqueza 2 – de 2.001\$000 a 5.000\$000 contos de réis;

Nível de Riqueza 3 – de 5.001\$000 a 10.000\$000 contos de réis;

Nível de Riqueza 4 – acima de 10.000\$000.

O maior número de famílias inventariadas - 66% para a fase pré-abolição e 71% para o período posterior - possuía patrimônio inferior a 5.000\$000 contos de réis, sendo classificadas nos Níveis de Riqueza 1 e 2.

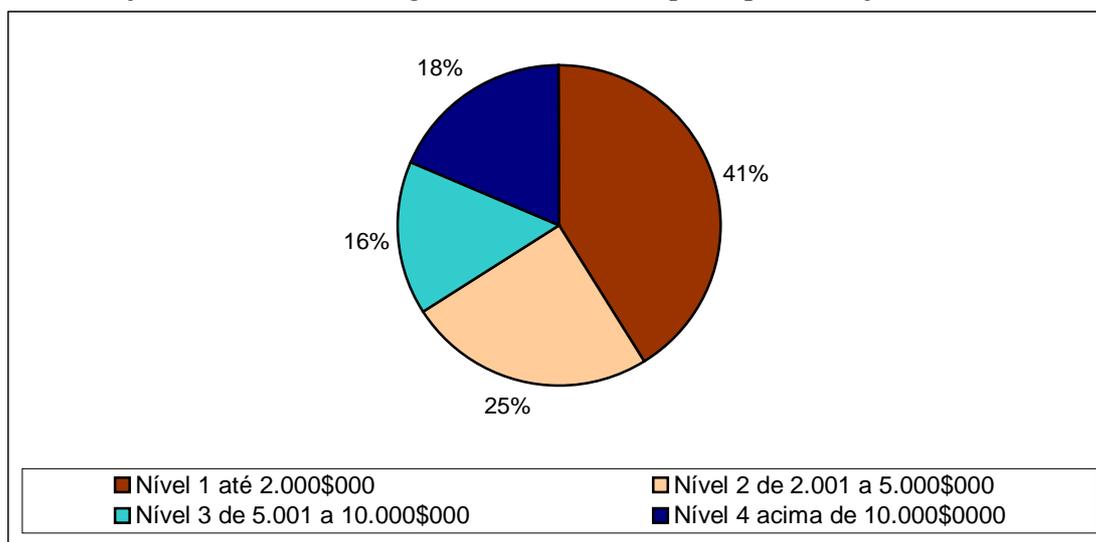
Dos inventários pré-1888 destacados, 16% eram de famílias localizadas no Nível 3. Já na fase pós-abolição apenas 12% referiam-se àquele Nível.

Para a faixa mais privilegiada da sociedade, com patrimônios acima de 10.000\$000 contos de réis, foi encontrado 18% e 17% de famílias inventariadas nos respectivos espaços temporais destacados aqui (1850/1888 e 1888/1914).

Os dados representados permitem concluir que a economia do Vale, entre 1850 a 1914 consistia, em grande parte de pequenos sítios e fazendas, ambos voltados para a atividade agropecuária. Embora os Níveis 1 e 2 correspondessem a mais de 65% dos

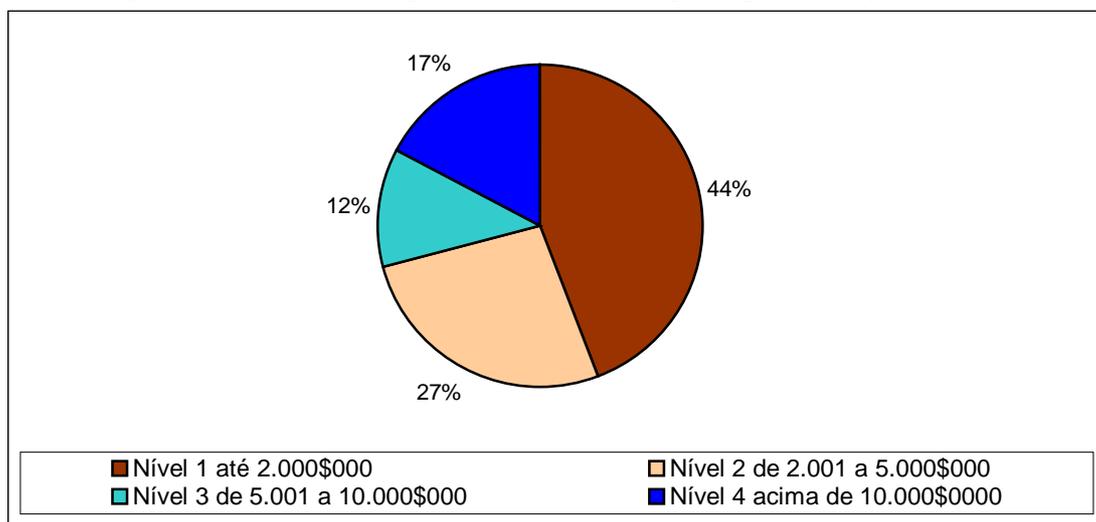
inventários analisados, os números apontam que as famílias localizadas nos referidos níveis, possuíam pequenos e médios patrimônios, estes podiam oscilar de 200\$000 réis a 5.000\$000 contos de réis.

Gráfico 5:
Classificação dos inventários segundo o nível de Riqueza pré-abolição



Fonte: AMB/MG, Inventários *post-mortem*, 1850/1888

Gráfico 6:
Classificação dos inventários segundo o nível de Riqueza pós-abolição



Fonte: AMB/MG, Inventários *post-mortem*, 1888/1914

Já os gráficos 7 e 8 permitem verificar a distribuição da riqueza familiar no Vale do Paraopeba, entre 1850 a 1914. Antes de se analisar os dados é preciso ressaltar que a história desta circunscrição geográfica esteve, desde o seu princípio, associada à

exploração aurífera do final do século XVII. Por isso, a região destacada possui forte tendência à concentração de propriedade, terra e renda.

Os números revelaram algumas mudanças na distribuição da fortuna das famílias, nos distintos Níveis de Riqueza, ao longo dos espaços temporais considerados aqui: pré e pós-abolição. Dos quatro níveis apresentados é interessante perceber as alterações ocorridas no setor mais privilegiado da sociedade, aqueles que possuíam patrimônio acima de 10.000\$000 contos de réis.

Entre 1850 a 1888, 71% da riqueza estava concentrada no Nível 4, ou seja 18% das famílias inventariadas. Entre 1888 a 1914, 67% do patrimônio do Vale correspondia apenas 17% das famílias.

Com o fim da escravidão houve um declínio da riqueza entre o segmento mais abastado da sociedade – de 71% para 67%. Por outro lado, houve um aumento de 5% entre os menos favorecidos, o Nível 1 e 2. Embora modesto os números começam a sinalizar uma gradual transformação da riqueza.

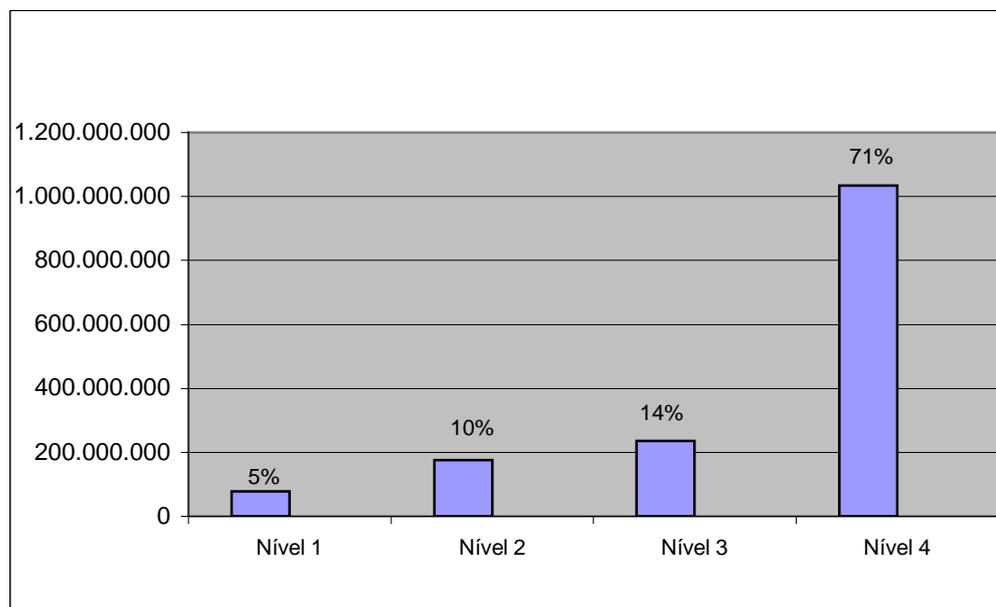
As fontes sugerem pensar ainda que os mais abastados foram os que mais sofreram com o fim do sistema escravista. É importante lembrar novamente, José de Souza Martins, ao se referir ao escravo como fonte de trabalho e capital.¹⁸ Com o fim da escravidão a elite perdia simultaneamente trabalhadores e riqueza acumulada durante décadas.

Por outro lado, o fim da mão-de-obra cativa pode ter contribuído na melhoria de vida das famílias das camadas intermediárias, em geral pequenos proprietários e sitiantes. Estes não sofreram grandes perdas porque não usufruíam ou dependiam indiretamente do sistema escravista.

Dentro dessa mesma premissa, pode-se dizer que os setores médios da sociedade – aqui considerados como os Níveis 1 e 2 - puderam, a partir de 1888, competir de forma incisiva no mercado de alimentos. Passaram, também, a ser identificados como trabalhadores e parceiros em potencial, uma vez que novas relações de trabalho se configuravam com a inexistência do braço cativo.

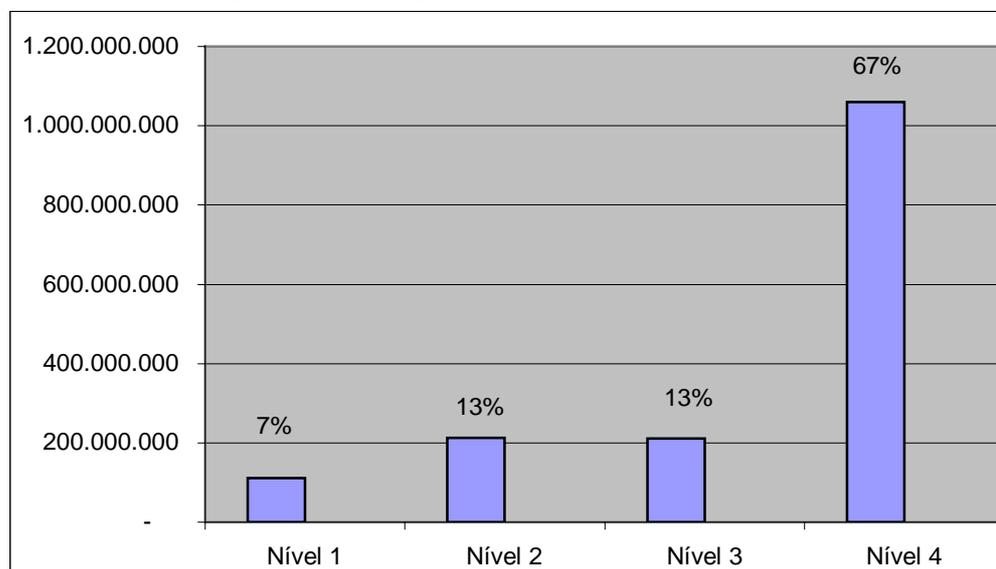
18 MARTINS, Op. Cit. 1986.

Gráfico 7:
Distribuição da riqueza familiar pré-abolição:



Fonte: AMB/MG, Inventários *post-mortem*, 1850/1888

Gráfico 8:
Distribuição da riqueza familiar pós-abolição:



Fonte: AMB/MG, Inventários *post-mortem*, 1888/1914

2.3 - Família segundo o sistema de trabalho

Os inventários são fontes que abordam diretamente o patrimônio e a divisão deste entre herdeiros e partes interessadas. Mas é possível perceber nas entrelinhas da documentação cartorária, informações que ajudam a entender relações estabelecidas com o mundo do trabalho, tais como as eventuais listas das despesas efetuadas com “camaradas”, trabalhadores temporários, ou ainda, casos como o destacado a seguir.

Em 1890, dois anos após o fim da escravidão, José Rufino da Silva solicitava ao juiz responsável, a conclusão do inventário judicial de seu pai, Antônio Rufino Pereira. Dos autos constava a seguinte declaração:

“DIZ JOSÉ RUFINO DA SILVA QUE TENDO FALECIDO SEU PAI, ANTÔNIO RUFINO PEREIRA (...) PEDE A FACTURA DE INVENTÁRIO JUDICIAL, EM CARTÓRIO POR SEREM OS **BENS DE POUCA MONTA, NÃO SÓ PELO FACTO DA LEI DE 13 DE MAIO**, COMO PELO USUFRUTO DE QUARENTA ANOS, E A **DECADÊNCIA DAS PROPRIEDADES** NA FAZENDA QUE FOI DE SEUS AVÓS, CONSTANDO HOJE OS BENS DOS MENCIONADOS NA LISTA JUNTA, REQUER PORTANTO QUE V.S. SE DIGNE MARCAR DIA PARA TER COMEÇO O INVENTÁRIO, DANDO (...) AO COLLETOR PARA NOMIAÇÃO E APROVAÇÃO DE LOUVADOS, E COMO TAES NOMEIA O SUPPLICANTE AO ALFERES JOÃO ALVES BRITO E DAVID DA SILVA FONSECA. AUTUADA ESTA COM A LISTA, DOCUMENTO E PROCURAÇÃO”.¹⁹

Situações como a de José Rufino da Silva constitui apenas amostra do que deve ter ocorrido após a extinção da escravatura. Além da perda monetária destacada por Silva, os fazendeiros reclamavam também do abandono das lavouras e da falta de mão-de-obra para continuar o trabalho antes destinado aos escravos.

As informações extraídas dos inventários associadas àquelas de caráter jornalístico podem evidenciar, ainda mais, a realidade vivida pelas famílias, proprietárias de terras e escravos. O extrato abaixo extraído do *Jornal da Cidade de Bonfim*, onze anos depois da Lei Áurea, constitui exemplo salutar dessa associação.

“(…) **ERA PRECISO RESOLVER O PROBLEMA DE SUBSTITUIÇÃO IMEDIATA DO TRABALHO ESCRAVO PELO TRABALHO LIVRE; POIS QUE O ANTIGO EX-ESCRAVO, CANSADO DE TRABALHAR PARA SEU EX-SENHOR, SENTIA-SE DESANIMADO E PREFERIA O REPOUSO OCIOSO, EMBORA, À CUSTA DAS MAIORES PRIVAÇÕES À**

¹⁹ Arquivo Municipal de Bonfim/MG, DC CSO 11(11).

CONTINUAÇÃO DO TRABALHO REMUNERADO E LIVRE. EM MASSA, ABANDONAVAM OS ESCRAVOS AS FAZENDAS E OS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS DESORGANIZARAM-SE COMPLETAMENTE TODO TRABALHO DA LAVOURA. VOLVEU O BRASIL SUAS VISITAS PARA O ESTRANGEIRO E FOI BUSCAR NA EUROPA O BRAÇO DE QUE PRECISAVA PARA SUBSTITUIR O BRAÇO ESCRAVO QUE LIBERTARA PELA LEI, MAIS MEMORÁVEL DE SEUS ANNAES”.²⁰

Parte do artigo, *Comércio, Indústria e Agricultura*, mencionado acima, deixa transparecer a preocupação com a falta de mão-de-obra, a desorganização material em que se encontravam as fazendas agrícolas e conseqüentemente os problemas econômicos gerados com a diminuição da produção dos gêneros alimentícios.

O declínio da riqueza ocorrido de forma mais visível, nas décadas de 1880 e 1890, representou os primeiros indícios da situação discutida no referido periódico. Se em algumas partes do Brasil o problema do trabalho já tinha sido resolvido ou cogitava-se uma solução efetiva para a substituição da mão-de-obra, como por exemplo à introdução do imigrante, o mesmo parece que não ocorreu para Bonfim, bem como para o Vale do Paraopeba.

Se o periódico de 1899 ressalta a desorganização das fazendas e a falta de braço escravo; o inventário da mesma década lembra a expressiva queda no patrimônio “**BENS DE POUCA MONTA, NÃO SÓ PELO FACTO DA LEI DE 13 DE MAIO, COMO PELO USUFRUTO DE QUARENTA ANOS, E A DECADÊNCIA DAS PROPRIEDADES NA FAZENDA QUE FOI DE SEUS AVÓS**”. Faces de uma mesma moeda que se reportam às transformações da organização material e doméstica na transição do sistema escravista.

2.4 - Família segundo o espaço geográfico e diversidade regional

Segundo Martine Segalen os inventários revelam os laços existentes entre a família e as comunidades locais²¹. Permitem estabelecer relações com o entorno geográfico das cidades, definindo fronteiras nas diferentes zonas espaciais.

²⁰ Ver Arquivo Municipal de Bonfim/Minas Gerais, Jornal da Cidade de Bonfim, 08/10/1899, artigo Comércio, Indústria e Agricultura. p. 1. A primeira edição do jornal foi em 1898 e tinha como nome O PARAOPEBA cujo proprietário era o Coronel José Marques da Silveira.

²¹ SEGALEN, Op. Cit. 2003.

A descrição das casas com suas delimitações – nome de ruas, vizinhanças laterais, terrenos baldios, citações que incluem igrejas, praças, logradouros e chafarizes – são alguns indicativos dessa rede de informações, encontrados nas fontes cartorárias.

“1 MORADA DE CASAS DE VIVENDA SITAS NESTA CIDADE, A RUA DAS FLORES DIVISANDO POR UM LADO COM CÂNDIDA MONTEIRO E POR OUTRO COM DOMINGOS FRANCISCO DE SOUZA (400000)”.²²

O mesmo pode-se dizer das fazendas, sítios e ranchos, que evidenciam com a mesma tonicidade os elementos característicos: descrição da qualidade das terras – de cultura, matos e campos – e localização dentro do meio-ambiente – referências aos rios e riachos, acidentes geográficos como serras, chapadões e montanhas são frequentes nas descrições encontradas.

“150 HECTARES E 8 ARES DE TERRAS DE CULTURA SITAS NA FAZENDA DOS MARINHOS NA GROTA DENOMINADA MAMONA (1270016)
 - 106 HECTARES E 48 ARES DE TERRAS DE CULTURA NESTA MESMA FAZENDA NA GROTA DENOMINADA SÃO JOÃO VERTENTES AOS GAMELLAS (649528)
 - UM PASTO DENOMINADO CRUZEIRO DEFRENTE AO MASSAME DESTA FAZENDA DA CHÁCARA (416724)
 - 1 TERRENO ONDE MORA O INTERESSADO MIGUEL ANTÔNIO CORDEIRO (59532)
 - 1 MORADA DE CASAS ONDE MORA O INTERESSADO ANTÔNIO JOAQUIM DOS SANTOS (300000)
 - 1 PAIOL GRANDE, UM MOINHO E UM PASTO NESTA MESMA FAZENDA DA CHÁCARA (600000)
 - **1 MORADA D CASAS DE VIVENDA NESSA MESMA FAZENDA DA CHÁCARA ONDE RESIDE A INVENTARIANTE DONA UMBELINA (700000)”.**²³

As diversidades regionais são também observadas pelas diferentes composições e níveis de riqueza. Neste caso, o tipo de economia exercida – subsistência, mercado interno ou externo – ajuda definir esta questão.

Os produtos locais, a matéria-prima disponível, bem como os recursos alimentares, hídricos e minerais costumam também aparecer nas entrelinhas dos inventários, auxiliando na composição da estrutura material das famílias e da sociedade as quais elas pertencem.

22 Ver Arquivo Municipal de Bonfim/MG, DC CSO 109 (6).

23 Ver Arquivo Municipal de Bonfim/MG, DC CPO 45 (1).

Para isso, é preciso decodificar o que está por traz de cada descrição observando, também, lacunas e omissões de dados.

Os bancos de peroba, as sedas chinesas e as casas assoalhadas constituem arquétipos dessa multiplicidade de dados extraídos, de um conjunto de inventários. Estas informações ajudam a definir aspectos relacionados à natureza **local** (a peroba, árvore típica do Vale); ao **comércio** (importação de tecidos e objetos), e à **cultura e sociabilidades** (o assoalho feito de madeira, pela sua raridade no século XIX, restringia-se às famílias mais ricas).

Outro exemplo da importância de pensar os inventários, quanto a sua diversidade regional é o viés comparativo que ele permite estabelecer. Como já destacado, é intenção desta pesquisa comparar os dados encontrados em diferentes temporalidades (o período pré-1888 e pós-abolição), e espaços geográficos.

Por isso, decifrar os códigos dos inventários do Vale do Paraopeba em consonância com os estudos do Vale do Paraíba, o Vale do Ribeira e demais regiões do Brasil ajuda entender as transformações da organização doméstica e da riqueza das famílias.

2.5- Família segundo habitat

Segundo o antropólogo, André Leroi-Gourhan, o habitat responde a uma tríplice necessidade: 1) cria um ambiente tecnicamente eficiente; 2) assegura uma estrutura material para o sistema social; 3) garante uma certa ordem no universo circundante.

Dentro do universo analisado para o Vale do Paraopeba poder-se-ia acrescentar que o habitat, mais precisamente, a casa de morada tinha uma dupla função. Cumpria o papel de habitação, mas reservava também, lugar especial para o exercício de distintas atividades, sejam elas artesanais, mecânicas ou intelectuais.

Por tudo isso, a fazenda e/ou a casa urbana constituía o espaço de nascimento, de casamento e morte, mas era também o lugar de trabalho dos artesãos, dos ourives, dos escrivões, enfim, recintos nos quais se exerciam comércio e estabeleciam os principais negócios.

Com o fim do sistema escravista, novas redes de sociabilidades e convivências começaram a se definir e, de certo modo, contribuíram para que o habitat assumisse contornos mais precisos.

Os resultados apontados para as distintas temporalidades – pré e pós-abolição – indicam que tais mudanças na esfera socioeconômica foram marcadas por ritmos tênues e graduais. Com desenrolar do século XX acentuavam-se cada vez mais.

2.6 - Família segundo outras categorias

Os inventários das famílias permitem analisar uma série de outros elementos tais como: **as mudanças advindas do processo técnico industrial**. O aparecimento da máquina de bater ovos, do fogão a gás, ou simplesmente, a popularização do armário no final do século XIX, são apenas alguns dos inúmeros exemplos observados nos dois Bancos de Dados, confeccionados para o período pré e pós-abolição.

Segundo Segalen “*com o armário se conseguiu um novo nível de organização: já não havia a necessidade de se inclinar sobre a arca e remexer no seu interior na busca de um objeto, pois, a roupa se guardava agora em prateleiras que permitiam ser ordenadas e classificadas*”.²⁴

Costumes e hábitos também poderiam constituir, a partir dos inventários, importantes categoria de análises. Dentro dessa abordagem, caberia indicar a questão do dote. Entre 1850 a 1914, o dote foi perdendo gradualmente sua importância econômica e cultural. Pelas tabelas 1 e 2 nota-se que este passou a ser inexpressivo no conjunto dos bens analisados, e cada vez mais eram desconsiderados nas fontes cartorárias.

Poder-se-ia destacar ainda a relação do documento em questão com os **estudos de gênero**. Embora não tenha sido intenção aprofundar este tópico, bastaria lembrar os inventários das mulheres chefes de famílias, a documentação cartorária referente às viúvas e também dos vários casos em que se percebe a ausência do marido. Nesta e em todas as categorias referidas neste trabalho a importância dos inventários é indiscutível para o entendimento das múltiplas questões relacionadas à História da Família.

Para finalizar, é preciso ressaltar o caráter preliminar dos resultados aqui desenvolvidos. As categorias trabalhadas servirão de guia para futuras interpretações e

24 SEGALLEN, Op. Cit. 2003. pp. 66.

estudos. Da mesma forma, a incorporação de outras fontes primárias - relatórios de Presidente, crônicas de viagens, dados censitários e jornalísticos – poderão não só tonificar as análises destacadas, como também poderão lançar novas perspectivas acerca do principal objeto delineado neste artigo: **as transformações da organização doméstica e material da família mineira na transição do sistema escravista.**

3 - Fontes Primárias

1) Arquivo Municipal de Bonfim/Minas Gerais

- a) 160 Inventários Pré-Abolição de Bonfim do Paraopeba (1850 a 1888)
- b) 250 Inventários Pós-Abolição do Vale do Paraopeba (1888 a 1914)

4 - Bibliografia Utilizada

- ALENCRASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada e ordem privada no Império. In: *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional.* (v. 2) São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALGRANTI, Leila M. Família e vida doméstica. In: *História da Vida Privada no Brasil. Cotidiano e vida Privada na América Portuguesa.* (v. 1). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALMEIDA, Ângela Mendes de. *Notas sobre a família no Brasil, in: Pesando a Família no Brasil.* Rio de Janeiro: Espaço e tempo/Ed. da UFRJ. 1987.
- ALVES, Maurício Martins. Caminhos da Pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729). *Dissertação de Mestrado.* IFCS/UFRJ, 1995.
- AMILCO, Rita de Cássia da Silva. Fortunas em Movimento: Um estudo sobre as transformações na Riqueza Pessoal em Juiz de Fora: 1870-1914. *Dissertação de Mestrado.* IE/UNICAMP, 2001.
- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Os caminhos da Riqueza dos Paulistanos na primeira metade do Oitocentos. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de História, 2003. (*Tese de Doutorado*).
- AZEVEDO, Thales de. Family, marriage and divorce in Brazil. *Journal Of Inter-American Studies III*, p. 213-237, 1961.
- BOURQUIM, Laurent. Les Objets De La Vie Quotidienne Dans La Première Moitié Du XVI Siècle A Travers Cent Inventaires Après Décès Parisiens. In: *Revue D'Histoire Moderne Et Contemporaine* p. 464 a 476. 1997.
- CANDIDO, Antônio. The Brazilian Family. In: SMITH, T. Lynn; MARCHANT, Alexandre (Ed.). *Brazil: portrait of a half continent.* New York: Dryden Press, 1951. P. 291-312.

- CARVALHO, Vânia Carneiro. Gênero e Artefato. O sistema doméstico na perspectiva da cultura material, São Paulo, 1870/1920. Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas/USP, 2001. (*tese de doutoramento*).
- CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: *História da Vida Privado no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. (v. 2) São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CORNETTE, Joel. La Révolution Del objets. Le Paris Des Inventaires Après Dècès (XVII-XVIII) Siècles In: *Revue D'Histoire Moderne Et Contemporaine* p. 476 a 486. 1997.
- COSTA, Iraci Del Nero. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: IPE/USP, 1979.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva, *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e riqueza na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio. 1980. 20 ed.(1 ed. 1933).
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. Rio de Janeiro: Record, 1996, 9 ed.. (1 ed. 1936).
- MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1930.
- MACHADO. Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Livraria Martins, 1953. (2ª ed.) (1ª ed. de 1929)
- MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MARCÍLIO, Maria Luzia. *População e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARCONDES, A arte de acumular na Economia Cafeeira. *Vale do Paraíba, Século XIX*. Lorena, SP: Editora Stiliano, 1998.
- MARQUES, Cláudia Eliane Parreiras. Riqueza e Escravidão: Dimensões Materiais da Sociedade no Segundo Reinado. Bonfim/MG. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de História, 2.000 (*Dissertação de Mestrado*).
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 3 ed. São Paulo, Hucitec, 1986.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. A opulência na província da Bahia. In: *História da Vida Privado no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. (v. 2) São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. *Bahia, Século XIX – Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: *História da Vida Privado no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. (v. 2) São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. In: *História da Vida Privado no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. (v. 2) São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfose da riqueza, São Paulo 1845-1895*. São Paulo: HUCITEC, 1985.

- MENESES, José Newton Coelho de. *O Continente Rústico. Abastecimento Alimentar nas Minas Gerais Setecentistas*. Diamantina, Minas Gerais: Maria Fumaça, 2000.
- MARCONDES, Op. cit. 1998.
- MESSIAS, Rosane Carvalho. *O cultivo do café nas bocas do sertão paulista. Mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830 a 1888*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.
- MOURA, Denise A. Soares de. *Saindo das Sombras: Homens Livres no Declínio do Escravismo*. Campinas: Área de Publicação CMU/Unicamp, 1998.
- MOURA, Esmeralda Blanco B. de. *Mulheres e menores no trabalho industrial*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. Povoamento e Riqueza Familiar no Sul de Goiás, 1843-1860: considerações preliminares. In: *Série Cursos e Eventos, Sessão Temática Número 06 – Família, Demografia e Formação de Patrimônio*, São Paulo: CEDHAL/USP, 2003.
- OLIVEIRA, Lélío Luiz de. As transformações da riqueza em Franca no século XIX. *Dissertação de Mestrado*, FHDSS/UNESP, 1995.
- PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras. Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981
- PIERSON, Donald. The Family in Brazil. *Journal of the marriage and family: marriage and family living*, Minneapolis, National Council of Family Relations, V. XVI, n. 4, p. 308-314, 1914.
- PINTO, Luciana Suarez Galvão. A Cafeicultura e as mutações da Riqueza em Ribeirão Preto. (1849 a 1900). Projeto de Doutorado. (*manuscrito*).
- PINTO, Luís de Aguiar Costa. *Lutas de Família no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1980. (v. 263).
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RANGEL, Armênio de Souza. Escravismo e Riqueza: formação da economia cafeeira no município de Taubaté (1765-1835). (*Tese de doutorado em Economia*). FEA/USP, 1990.
- SAMARA, Eni de Mesquita, A história da Família no Brasil. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, Vol. 9, n. 17, setembro de 1988/fevereiro de 1989.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família - São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero e Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo, 1989.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Família, Riqueza e Poder na São Paulo colonial. In: *Família, Mulheres e Povoamento: São Paulo, Século XVII*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2003.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *História da Família no Brasil: Bibliografia Comentada*. In: *Série Fontes de Pesquisa*. São Paulo: CEDHAL/USP, 1998.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Os agregados na região de Itu – 1780/1830. São Paulo: *Museu Paulista*, 1977.
- SCHNOOR, Eduardo. Das casas de Morada às Casas de Vivenda. In: *Resgate: Uma Janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- SEGALÉN, Martine. *Las condicionaes materiales de la vida familiar*. In: KERTZER, David I. & BARBAGLI, Marzio. (copiladores). *Historia de La familia Europea. La vida familiar desde la Revolución Francesa hata la Primeira Guerra Mundial*. (v.2). Buenos Aires/México: Ediciones Paidó Ibérica, S. A. 2003. (Publicado originalmente em inglês, em 2002, por Yale University Press, New Haven y Londres).

- SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor. Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava. Brasil, Sudeste, Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- TERUYA, Marisa Tayra. A Família na Historiografia Brasileira. Bases e Perspectivas Teóricas. In: *Anais do XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, CAXAMBU(MG), Belo Horizonte: ABEP, 2000.
- VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. (3 ed). Rio de Janeiro: Record, 1974. 2v.
- WILLEMS, Emílio. *A Estrutura da Família Brasileira*. *Sociologia*, São Paulo: USP, V. XVI, n. 4, p. 327-340, 1954.